

PERÍODO REGENCIAL (1831- 1840):

ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

Introdução

Com a abdicação de D. Pedro I, considerando o fato do príncipe herdeiro ter apenas 5 anos de idade, era necessária, segundo a Constituição, a eleição de três membros pela Assembléia Geral (Senado e Câmara dos Deputados), que formariam uma Regência, para ocupar o lugar do príncipe herdeiro até que o mesmo atingisse a maioridade. No entanto, naquele dia 7 do mês de abril (mesmo dia da abdicação de Pedro I) de 1831, os parlamentares estavam de férias. A solução encontrada pelos parlamentares presentes na capital, na época o Rio de Janeiro, foi a eleição de uma regência provisória.

O Período Regencial (1831 – 1840) pode ser dividido em duas partes: a Regência Trina (provisória e permanente) e a Regência Una (1834-1840). Também consideramos que existiram dois momentos importantes: o avanço liberal (1831-1837) e o regresso conservador (1837-1840).

Nesse período, a Assembléia era composta por três grupos: os moderados

(maioria na Assembléia, representavam a elite e defendiam a centralização do poder); o restauradores (defendiam a restauração do Imperador D. Pedro I); e os exaltados (defendiam a descentralização do poder).

A Regência Trina Provisória, eleita em abril, ficou no poder até julho, e era composta pelos Senadores: Nicolau de Campos Vergueiro (liberal moderado),

José Joaquim Carneiro Campos (representante dos restauradores) e brigadeiro Francisco de Lima e Silva (dos mais conservadores do Exército).

A Regência Trina Permanente foi eleita em julho de 1831, pela Assembléia Geral.

Seus integrantes foram: deputado José da Costa Carvalho (moderado), João

Bráulio Muniz e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que já era integrante da

Regência Trina Provisória. Como ministro da justiça, é nomeado o padre Diogo

Antônio Feijó.

A situação política no país diminuía a governabilidade. Restauradores e exaltados faziam oposição aos regentes.

Para conter os excessos, Diogo Antônio Feijó criou, ainda em 1831, a Guarda

Nacional formada por filhos de aristocratas moderados.

Em 1834 a situação política foi alterada com a morte de D. Pedro I. Os posicionamentos políticos mudaram, de modo que a Assembléia ficou dividida entre Progressistas (defendiam o diálogo com os revoltos) e os Regressistas

(defendiam a repressão as revoltas).

Em 12 de agosto de 1834, a Regência Trina Permanente assinou um Ato Adicional, que por suas medidas foi considerado um “avanço Liberal”. Uma dessas medidas substitui a Regência Trina pela Regência Una. Os candidatos mais fortes que concorreram ao cargo de regente único foram: Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti (conservador) e padre Diogo Antônio Feijó (liberal), sendo que o vencedor foi Feijó, por uma pequena diferença de votos. Empossado em outubro de 1835, para um período de 4 anos, Feijó renuncia em setembro de 1837, com menos de dois anos de mandato. Os conflitos separatistas, o isolamento político e a falta de recursos foram os motivos que o levaram a renuncia.

A Segunda Regência Una leva a marca dos conservadores. Aproveitando o desgaste dentre os liberais, os conservadores elegeram Pedro de Araújo Lima como regente único em 19 de setembro de 1837. O poder central é fortalecido. A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, representa um retrocesso para os liberais, que, sem saída, articulam o Golpe da Maioridade.

Revoltas do período:

As revoltas ocorrem basicamente por dois motivos: más condições de vida de grande parte da população (mais pobres) e vontade das elites locais em aumentar seu poder e serem atendidas pelo governo.

Principais revoltas do período:

- Malês (1835) – ocorre na Bahia e foi liderada por escravos e ex-escravos

africanos praticantes do islamismo. Foi motivada pela obrigatoriedade da religião católica imposta a eles.

- Cabanagem (1835 a 1840) – motivada pelas péssimas condições de vida em que vivia a grande maioria dos moradores da província do Grão-Pará.

- Balaiada (1838 – 1841) – ocorreu na província do Maranhão. A causa principal foi a exploração da população mais pobre por parte dos grandes produtores rurais.
- Sabinada (1837-1838) – ocorreu na província da Bahia. Motivada pela insatisfação de militares e camadas médias e ricas da população com o governo regencial.

Os conflitos e tensões aumentaram a instabilidade política, levando a elite agrária a preferir o retorno da monarquia, a centralização do poder. Os liberais, por sua vez, criaram o Clube da Maioridade, e lançaram uma campanha popular pró maioria de Dom Pedro. Com a opinião pública a favor, a constituição é transgredida em 1840, pois D. Pedro é declarado maior de idade, aos 14 anos.

Os objetivos, tanto dos Progressistas quanto dos Regressistas, era de governar por meio da manipulação do jovem D. Pedro II, assim intitulado quando assume o governo, em julho de 1840.

EXERCÍCIOS:

1) O cargo de juiz de paz teve suas funções regulamentadas pelo Código de Processo Criminal de 1832. Esses juízes representavam o liberalismo brasileiro durante o período regencial. Esses magistrados eram:

- a) nomeados diretamente pelo Imperador, exercendo as funções de chefe de polícia.
- b) designados diretamente pelo ministro da Justiça, exercendo as funções de promotor público.
- c) eleitos pelos cidadãos para exercer funções conciliatórias e de qualificação eleitoral.
- d) eleitos pelos deputados gerais para administrar os bens dos órfãos e de pessoas ausentes.
- e) indicados pelo presidente provincial para pacificar os conflitos pela terra.

2) Com relação à Guarda Nacional, criada durante o Império, é CORRETO afirmar que:

- a) funcionava como única força armada que podia defender os interesses dos escravistas e coibir a fuga dos escravos.
- b) objetivava o controle da Corte e da burocracia imperial, alvos frequentes de manifestações populares de descontentamento.
- c) tinha por finalidade a garantia da segurança e da ordem, defendendo a Constituição, a obediência às leis e a integridade do Império.

d) atuava na defesa das fronteiras externas brasileiras, impedindo a expansão dos países platinos em direção ao território brasileiro.

3) No século XIX, quando o Brasil era um império, ocorreu a aprovação de medida que continha algumas significativas decisões, tais como: Art. 1º - Câmaras dos Distritos e Assembleias substituirão os Conselhos Gerais, sendo estabelecido em todas as províncias com o título de Assembleias Legislativas Provinciais. Art. 26º - Se o Imperador não tiver parente algum, que reúna as qualidades exigidas, será o Império governado, durante a sua menoridade, por um regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos. Art. 32º- Fica suprimido o Conselho de Estado.(Ilmar Rohloff de Mattos. O Império da Boa Sociedade: A consolidação do Estado Imperial Brasileiro) Os artigos devem ser relacionados com:

- a) Constituição de 1891;
- b) Código do Processo Criminal;
- c) Projeto da Mandioca;
- d) Código do Processo Civil;
- e) Ato Adicional de 1834.

4) A ocorrência de rebeliões, tais como a Cabanagem (1835-1840), no Pará, a Sabinada (1837-1838), na Bahia, e a Balaiada (1838-1841), no Maranhão, determinou a caracterização da Regência como um período conturbado. Todavia, a ocorrência de rebeliões tão distintas apresenta como aspecto comum a

- a) reivindicação popular pela abolição da escravatura, tornando inviável o apoio das camadas médias urbanas aos movimentos contra a ordem regencial.
- b) influência da experiência republicana da América Hispânica, decorrente da proximidade intelectual entre as elites imperiais e os criollos.
- c) mobilização das camadas populares pelos segmentos da elite, objetivando o controle do poder nas referidas províncias.
- d) tentativa de restabelecer o poder moderador, transferindo-o para a Regência Una como forma de resistir às reformas liberais.
- e) rejeição ao regime monárquico, revelador da permanência do privilégio concedido ao português desde a Colônia.

5) Entre as várias rebeliões ocorridas no período regencial, destaca-se a chamada Guerra dos Farrapos, iniciada em 1835. O conflito

a) prosseguiu até a metade da década seguinte, quando o governo do Segundo Império aumentou os impostos de importação dos produtos bovinos argentinos e anistiou os revoltosos.

b) demonstra que as disputas comerciais entre Brasil e Argentina se iniciaram logo depois da independência e desde então se agravaram, até atingir a atual rivalidade entre os dois países.

c) permitiu a adoção de um regime federalista no Brasil, uma vez que as negociações entre o governo imperial e os rebeldes determinaram a autonomia política rio-grandense.

d) revela a impossibilidade de estabelecer relações políticas e diplomáticas na América Latina após a independência política e durante o período de formação dos estados nacionais.

e) impediu a continuação do período regencial e levou à aceitação de outra

exigência dos participantes da revolta: a antecipação da maioria do futuro imperador Pedro II.

6)"A revolta de 1835, também chamada a 'grande insurreição', foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em consequência, não será apenas uma eclosão violenta mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo (...). Reuniam-se regularmente para discutirem os planos de insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade. (...) O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. (...) O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. (...) os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. (...) Derrotada a insurreição, os seus líderes se portaram dignamente." (Moura, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 63-69.)

Sobre a rebelião escrava relatada no texto, é correto afirmar que:

a) foi comandada por Ganga Zumba que planejava implantar um território livre no Recôncavo Baiano.

b) nessa rebelião, chamada de Revolta dos Males, participaram escravos de



diversas etnias que pretendiam acabar com a escravidão na Bahia.

c) a revolta ocorreu devido à intolerância religiosa, já que os escravos foram impedidos de praticar sua religião, o Candomblé.

d) seu líder Zumbi dos Palmares, após longa resistência às tropas do governo, acabou sendo preso e enforcado e o quilombo foi destruído.

e) nessa rebelião, denominada Conjuração Baiana, os revoltosos queriam a independência do Brasil e o fim da escravidão.